

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

ALQUENJAR ROSENTASKI DE BORBA

CAMILA ARIANE DUTRA

DAVID WILLIAN SPERBER SELL

SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO ACADÊMICO POR MEIO
DA 1ª JORNADA DE DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE

Joinville

2018

ALQUENJAR ROSENTASKI DE BORBA

CAMILA ARIANE DUTRA

DAVID WILLIAN SPERBER SELL

SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO EM ÂMBITO ACADÊMICO POR MEIO
DA 1ª JORNADA DE DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE

Projeto Integrador apresentado ao curso Técnico de Enfermagem do Câmpus Joinville do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) como requisito das unidades curriculares do Projeto Integrador.

Professora Orientadora: Carla Simone Leite Almeida.

Joinville
2018

Resumo

Introdução: Segundo Muniz, Silva (2007), diversos autores utilizam os conceitos de sexo e gênero com a mesma definição, no entanto os dois conceitos mostram diferentes aspectos do ser humano. Aliando esse fato a desinformação da população com relação ao tema, pode-se dizer que a temática LGBTQ+ ainda é algo obscuro para a sociedade. Não obstante, os preconceitos, baseados em valores do século passado. **Objetivos:** Abordar os vários aspectos da orientação sexual e identidade de gênero com enfoque nos LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) dentro da comunidade acadêmica do IFSC. **Metodologia:** Trata-se de um PI (Projeto de Intervenção), na forma de educação em saúde, que foi realizado por meio da implementação da 1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: diversidade de gênero e sexualidade no IFSC- campus Joinville. O evento ocorreu no dia 11 de setembro de 2018 e teve como público-alvo a comunidade acadêmica (alunos, professores, técnicos administrativos) e comunidade externa. **Resultados:** A intervenção proporcionou a discussão do tema diversidade de gênero e sexualidade por meio de 14 atividades distintas que através de enfoques diferentes, promoveram debates, discussões e ensinamentos do tema 225 a participantes do evento. **Conclusão:** No entanto, essa relutância já era esperada, visto que o tema é cercado de tabus ainda presentes na sociedade, mesmo a diversidade de gênero e sexualidade sendo temas que compõe os conteúdos abordados nos institutos de ensino, ainda há resistência e preconceitos relativos a esta temática no âmbito acadêmico.

Palavras-chave: Comportamento sexual. Identidade de gênero. Minorias sexuais e de gênero.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 Justificativa.....	5
1.2 Objetivos.....	7
2 REVISÃO DE LITERATURA	8
2.1 Concepção da Sexualidade e Identidade de Gênero/Orientação Sexual...	8
2.1.1 Primórdios da sexualidade.....	9
2.1.2 Sexualidade e Identidade de Gênero na Atualidade.....	10
2.2 Síntese Jurídica Acerca da Sexualidade e Identidade de Gênero.....	11
2.3 Protocolo Transexualizador.....	13
3 METODOLOGIA	15
3. 3.1 Público alvo.....	15
3. 3.2 Projeto de Intervenção.....	15
3. 3.3 Recursos humanos e materiais (orçamento).....	17
3. 3.3.1 Recursos humanos.....	17
3. 3.3.2 Orçamento.....	17
3. 3.3.3 Parceiros ou instituições apoiadoras.....	18
3. 3.5 Avaliação.....	19
3. 3.6 Resultados	19
3.6.1 Pesquisa.....	21
4 CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

De início, deve-se compreender a definição de orientação sexual, para então, entender as respectivas diretrizes da sexualidade. Segundo PAIVA (2008), orientação se dá por um sentido ou significado, enquanto que sexualidade é algo mais instintivo, carnal, venéreo. Por consequência, ao associar tais termos tem-se, então orientação sexual, a via de escolha que o ser humano buscará prazer, ou seja, a junção desses termos é basicamente por quem os indivíduos irão se sentir atraídos.

Diante disso a identidade de gênero se relaciona a identificação social dos indivíduos, como eles se percebem e se mostram para a sociedade, ao termo Orientação Sexual também si associa a sigla LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transsexuais). A homossexualidade é representada pela letra L e G na sigla, entendendo-se como os indivíduos que sentem atração afetiva e sexual por outro indivíduo do mesmo sexo. A bissexualidade referente a letra B, remete-se aos sujeitos que sentem atração afetiva e sexual por pessoas de ambos os sexos – tanto homens quanto mulheres (LE VAY, 1993 *apud* CARDOSO, 2008; PAIVA, 2008).

Com o final da Segunda Guerra Mundial e somado a repreensão culturalmente cristã e patriarcal em volta dos papéis de gênero e da individualidade sexual, mesmo com tais dificuldades, as investigações sobre a sexualidade vai retomando espaço, multiplicando as pesquisas sobre esta temática nos Estados Unidos da América e de forma tímida na Europa, que vão marcar o desenvolvimento desta área de investigação no pós-guerra (NOGUEIRA et al, 2010).

E, ao abordar de forma mais específica, com aspecto voltado à homossexualidade, tudo ganha faces ainda mais obscuras. Até os anos 1990 a mesma era considerada como um transtorno mental, intitulada como homossexualismo, tendo, portanto, uma Classificação Internacional de Doenças – CID 10 F65, mas que no dia dezessete de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde deixou de considerá-la como patologia, iniciando então uma

nova era para a população LGBT+ (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL, 1990. *apud* PARRA, 2015). É certo que para Nogueira et al (2010), essas políticas penalizadoras e segregatórias renderam uma maior tendência a discriminação dessas pessoas e seus direitos.

Com a despatologização da homossexualidade e todas as suas mudanças de concepção e aceitação, ainda que haja muita divisão de opinião para a população, hoje, assim como a heterossexualidade, a homossexualidade é considerada como “orientação sexual” (FREIRE; CARDINALI, 2012). Já Nogueira et al, (2010), vai mais afundo buscando uma perspectiva que atenda às relações de poder envolvidas, e que esteja atenta aos contextos e aos modos de como a sexualidade se estrutura culturalmente, parece-nos oferecer um tipo de explicação mais situada e que contribui mais efetivamente para o esforço, de retirar as pessoas LGBT+ da marginalidade social e científica a que estiveram voltadas por equívoco.

As mudanças em que o meio social vem tendo que enfrentar, com os novos tempos, com novas diretrizes e leis que permeiam a sociedade como um todo, tiveram forte resistência para ser implementadas, ainda mais quando se trata de assuntos tão polêmicos, como Identidade de Gênero, Orientação Sexual, se torna para muitos um tabu pois há uma certa resistência perante princípios já existentes na formação de cada indivíduo, sejam eles quais forem, e a história comprova isso, foi preciso muito tempo para esses assuntos, começarem a ser abordados de uma forma efetiva (NOGUEIRA et al, 2010; FREIRE; CARDINALI, 2012).

O intuito aqui, é provocar uma reflexão com o meio acadêmico, sabendo que, como relata Nogueira et al (2010), a pauta LGBT é um tema em ascensão na atualidade. Desta forma, conscientizar o discente sobre o tema e o mecanismo, para promover a quebra de tabus e ideias retrógradas ainda presentes na atualidade.

1.1 Justificativa

Segundo Muniz, Silva (2007), diversos autores utilizam os conceitos de sexo e gênero com a mesma definição, no entanto os dois conceitos mostram diferentes aspectos do ser humano. Aliando esse fato a desinformação da população com relação ao tema, pode-se dizer

que a temática LGBT+ ainda é algo obscuro para a sociedade. Não obstante, os preconceitos, baseados em valores do século passado. Que permeiam a mesma, colaboram para que a pauta caia em esquecimento. Essa alienação traz um sentimento de abandono para quem, de certa forma, não se encaixa nos padrões pré estabelecidos pela comunidade (PAIVA, 2008)

Embora não haja estatísticas capazes de definir um número exato de pessoas LGBT+ no Brasil, arrisca-se dizer que milhares de pessoas apresentam essa característica, de tal modo que fazendo parte desse segmento da população acabam sofrendo algumas mazelas, amargando preconceito, agressões físicas e psicológicas em ambiente familiar, de trabalho e na comunidade como um todo (MUNIZ; SILVA, 2007).

Ribeiro (2007) traz que nos EUA (Estados Unidos da América), 62,5% dos adolescentes que tentam suicídio fazem parte da população LGBT+. Na França onde a maior causa de mortes é o suicídio, um cidadão homossexual tem 13 vezes mais chances de fazê-lo. Pesquisa realizada pela Unesco (2004 Apud por Ribeiro 2007), traz que acreditam que a homossexualidade é uma doença chegam a cerca de 12% de professores/as em Belém, Recife e Salvador, entre 14 e 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza. Não gostariam de ter colegas de classe homossexuais 33,5% dos estudantes de sexo masculino de Belém, entre 40 e pouco mais 42% no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Goiânia, Porto Alegre e Fortaleza e mais de 44% em Maceió e Vitória. Pais de estudantes de sexo masculino que não gostariam que homossexuais fossem colegas de seus filhos: 17,4% no Distrito Federal, entre 35% e 39% em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, 47,9% em Belém, e entre 59 a 60% em Fortaleza e Recife (SILVA, et al, 2014).

É necessário aprofundar discussões acerca da temática LGBT+, de forma didática e clara, para que seja possível a conscientização do meio acadêmico e da sociedade, para conseqüentemente promover a queda desses dados gradativamente e promover melhor qualidade de vida a população LGBT+.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral:

- Abordar os vários aspectos da orientação sexual e identidade de gênero com enfoque nos LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) dentro da comunidade acadêmica do IFSC.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- Criar um dia da diversidade no Instituto Federal de Santa Catarina, campus Joinville, visando debater e informar, promovendo a visibilidade;
- Encorajar a discussão do assunto no meio acadêmico;
- Possibilitar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre sexualidade e identidade de gênero.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Concepção da Sexualidade e Identidade de Gênero/Orientação Sexual

Antes mesmo de se debater a respeito da sexualidade e identidade de gênero, faz-se necessário entender seus respectivos significados. Segundo Spitzner (2005) a sexualidade, de modo geral, é parte integrante da vida do homem, estando presente desde o seu nascer até o seu morrer, tendo relação com a cultura e o meio no qual o indivíduo vive. Por ser compreendida de forma subjetiva, faz parte da natureza de cada um.

Com o significado dos conceitos outrora explicados, torna-se importante entender as derivações da sigla (LGBT+) a ser tratada em questão. Assim sendo, entende-se que homossexuais (vide letras L e G) são as pessoas que se sentem atraídas, afetiva e sexualmente, por indivíduos do mesmo sexo, enquanto os bissexuais (vide letra B) são os que se atraem por pessoas de ambos os sexos – homens e mulheres (LE VAY, 1993. *apud* CARDOSO, 2008). A letra T da sigla requer maior atenção, pois é onde entra as discussões de identidade de gênero, visto que a comunidade dissemina a crença de que os órgãos genitais definem a identidade de gênero do indivíduo. Entretanto, a construção de gênero é um fato social e não somente biológico. Desta maneira leva-se em consideração a auto-percepção e a forma como o indivíduo se expressa socialmente. Continuando com as derivações, chama-se cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero biológico, relacionado aos órgãos genitais. Pessoas consideradas não-cisgênero, são as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado no nascimento, como transgênero, ou trans. Essas pessoas sentem que seu corpo não se adequa à forma como pensam e sentem, e querem “corrigir” isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso acontece de várias maneiras, desde o uso de roupas, passando por tratamentos hormonais e até mesmo, em alguns casos, procedimentos cirúrgicos – como por exemplo, redesignação sexual e/ou mastectomia (JESUS, 2012).

Entende-se, nesta perspectiva, que são travestis as pessoas que experienciam papéis femininos, no entanto não se identificam como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou sem um gênero definido (JESUS, 2012).

E, para finalizar a concepção, tem-se o caractere “+” na sigla, tal símbolo representa as outras formas de representação sexual e, também inclui os simpatizantes do movimento LGBT+, não sendo estes últimos, necessariamente, gays, lésbicas, bissexuais ou pessoas trans (COSENZA, MENEZES; 2018).

2.1.1 Primórdios da sexualidade

Após o entendimento de tais definições, para maior compreensão, denota-se a importância em conhecer sobre os primórdios da homossexualidade, ainda que de forma resumida, para assim, então, entender em amplo aspecto as origens e evoluções da mesma.

Na Grécia Antiga, havia distinção entre o papel da mulher e do homem perante a sociedade. Para a mulher, suas funções baseavam-se apenas aos cuidados do lar: cozinhar, cuidar da casa, manutenção de vestimentas; e procriar, sendo este, então, reconhecido como seu ambiente “natural”. Encontrando-se, deste modo, privada de estudar sobre política, sociologia e demais núcleos da educação; ficando, então, socialmente inferior ao seu sexo oposto, este último possuía maior liberdade para exercer sua cidadania, pois era parte integrante do meio político e social; estando, culturalmente, superior à mulher (FRIAS, 2012).

Neste meio termo, a educação dos homens mais novos - *eromenos* - se dava pela contribuição dos mais velhos - *erastes* -. Sendo estes últimos, responsáveis por passar seus conhecimentos sobre política, filosofia e experiências em combate, o “pagamento”, efetuado dos mais novos aos mais velhos, se dava, na maioria das vezes, pelo coito anal, pois acreditava-se que o ato estimulava o aprendizado, bem como saciava as necessidades sexuais do instrutor. Essa “prática” recebe o nome de pederastia, não sendo este costume particularidade apenas da Grécia (SOUSA, 2008).

Deixando o período clássico – Grécia Antiga, como citada acima – tem-se o início de uma nova era. Com a chegada do Cristianismo, toda a libertinagem presente na Grécia, dos homens, que até então era permitida e bem-vista perante a sociedade, foi reprimida. De prelúdio, o pecado era associado à desobediência, mas anos depois, Santo Agostinho, associou o pecado com a sexualidade, desta forma, houve repreensão de se debater sobre a mesma. Em relação as demais orientações sexuais, não sendo a heterossexualidade, a repreensão era ainda maior, o que durante a Grécia Antiga era considerado bonito e cultural, com o Cristianismo, houve ideias separatistas e discriminatórias referentes ao tema (SALLES; CECARELLI, 2010).

Seguindo nesta linha do tempo, ainda que pareça algo inviável, havia uma “legislação” na Idade Média chamada *adelphopoiesis* – por tradução livre: criação de irmãos – onde dois homens poderiam se beijar, morar juntos, um ter direito à herança do outro e até mesmo serem enterrados no mesmo túmulo. Pelo teocentrismo ser fortemente tratado e aceito pela sociedade da época, tudo o que tinha teor sexual era censurado, o clero queria elevar a população, espiritualizando a mesma. Mas tal “criação de irmãos” possuir, não amor sexual, mas um enorme laço d’alma, visto que o sexo no *adelphopoiesis* era estritamente proibido, foi algo especificamente curioso para a época (BAÚN, S/D).

Com o passar das eras, as evoluções sociais e políticas foram acontecendo, por conseguinte, a concepção da sexualidade também. Werner (1998) traz em seu trabalho que o ponto chave para entender a homossexualidade está na evolução, fazendo analogias entre a seres humanos e experiências com animais, ele diz que as relações homoafetivas surgiram da importância cada vez maior da cooperação masculina.

2.1.2 Sexualidade e Identidade de Gênero na Atualidade

Hoje em dia tem-se de forma mais notória as definições para cada letra da sigla LGBT+.

Muitos foram os direitos adquiridos pela comunidade LGBT+ com o passar do tempo, entre eles a união estável, adoção por casais homoafetivos, a cirurgia de redesignação sexual oferecida pelo SUS (Sistema Único de Saúde), entre outros (BIZAIA, 2015; BRASIL, 2008).

A união homoafetiva passou a ganhar importância quando a sociedade patriarcal deu lugar a um novo modelo de família. Em aspectos gerais, pode-se considerar uma família aquela que tem por fundamentos o amor, respeito e a comunhão de vida, e foram esses itens que renderam o valor jurídico efetivo a união estável homoafetiva (CÁSSIA, 2011).

Em decorrência da união homoafetiva, surgiu o desejo de adoção e a possibilidade da mesma por casais do meio LGBT+. A adoção é possível mediante a lacuna existente na legislação que, embora não proíba a adoção, também não a legaliza totalmente (DIAS, 2004). Como traz Dias (2004) não se pode condicionar a adoção à orientação sexual ou identidade de gênero do adotante, considerando que nega-se também o direito a família do adotado, ferindo também o princípio da dignidade humana pautada na igualdade e do tratamento não discriminatório.

Embora a Constituição Federal de 1998 procurou organizar uma sociedade sem preconceito e sem discriminação, visando igualdade a todos, sem distinção, a mesma peca ao não conter nenhuma norma expressa acerca da liberdade de orientação sexual, não tendo nenhuma lei justamente direcionada aos direitos LGBT+, fato este que o direito brasileiro está tentando mudar na atualidade (BRASIL, 1988).

2.2 Síntese Jurídica Acerca da Sexualidade e Identidade de Gênero

Referente aos direitos previstos na Constituição Federal, a causa de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transsexuais (LGBT+) não é muito respeitada, contudo, destacou-se a necessidade de construir uma realidade social mais equilibrada, tendo justiça, ética e cidadania como alicerces para tal construção (GAIGUER; OLIVEIRA, 2014).

Equidistante, não deveria haver a necessidade de leis específicas se a população, como um todo, respeitasse as leis vigentes que respaldam a todos como iguais, como diz a carta

magna brasileira: “Art.5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

Gonçalves (2011) diz que, o artigo 5º da Carta Magna Brasileira, tem por definição garantir condições de vida digna, excluindo preconceitos causados por sexo, raça, cor e idade, defendendo uma moral íntegra, quando uma pessoa sofrer algum tipo de submissão à sua integridade moral, a mesma deverá ser reparada de forma indenizatória. Pois as condições que a Constituição deve garantir, são características fundamentais ao ser humano.

Alguns estados, mais à frente na luta contra o preconceito e a discriminação aos LGBT+, tomaram partido na criação de leis próprias com vista à garantia da seguridade dos mesmos. No estado de São Paulo, tem-se as seguintes normas:

A lei nº 55.588/10 assegura que seja respeitado o princípio da dignidade do ser humano, facultando aos transexuais e travestis a escolha de tratamento nominal que desejam receber junto aos órgãos públicos estaduais. Assim sendo, tornou-se obrigatório ao servidor público tratá-los pelo prenome indicado e, caso haja descumprimento, o servidor poderá responder processo administrativo disciplinar (BIZAIA, 2015).

Há também a Lei nº 10.948/01, que pune todo cidadão que cometa ato discriminatório contra o público LGBT+, inclusive funcionários públicos, civis ou militares, toda organização social e/ou empresas privadas ou públicas, instaladas no estado de São Paulo, através de advertência, multa, suspensão e cassação da licença estadual para funcionamento (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2000).

De maneira sutil, alguns deputados começaram a se estabelecer perante o preconceito sofrido pela população LGBT+, como o deputado no Rio De Janeiro, senhor Jean Wyllys, que por meio de projeto de lei ainda não aprovado e pouco discutido, visa ofertar aos idosos LGBT+ conforto e um mínimo de dignidade. O projeto de lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, garante que as entidades que abrigam idosos (ILP – Instituição de Longa Permanência), criem projetos para interação, e que esses idosos exerçam suas funções de modo a preservar

sua dignidade, respeitando-as independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero, para que eles possam desfrutar de sua longevidade (PLANALTO, 2003).

Vale ressaltar que tais leis constam somente ao estado de São Paulo, sem vigência regional ou federal, pois, a criação em aspecto nacional, de uma lei protetiva é de competência exclusiva do Poder Legislativo Federal (Congresso Nacional).

2.3 Protocolo Transexualizador

A redesignação de sexo tem como objetivo a alteração das características físicas e sexuais de uma pessoa, por método de tratamento hormonal e/ou cirúrgico, fazendo necessário o uso dos dois métodos para que a redesignação se torne viável. Dentre as alternativas de redesignação, é importante que, quando haja intervenção cirúrgica, seja mantida a fisiologia intacta do órgão, bem como a sensibilidade da região, para que se possa ter vida sexual ativa posteriormente. O procedimento cirúrgico mais comum realizado é a mastectomia masculinizadora (retirada dos seios especificamente para homens trans), que se dá concomitantemente com o tratamento hormonal com testosterona e outros, fazendo com que o corpo tenha crescimento de pelos, alterações na voz, entre outras (PORTAL BRASIL 2015).

Foi noticiado pelo PORTAL BRASIL (2015), no que se diz respeito a processo transexualizador, que vem sendo realizado pelo Sistema Único De Saúde (SUS), por meio da portaria nº2803/08, colaborando para que, pessoas que tenham identificação do seu 'eu' por outro gênero não condizente ao biológico, podem fazer a redesignação sexual. Para ter acesso a esse serviço o usuário do SUS deve procurar a Unidade Básica de Saúde (UBS), expondo sua queixa. O mesmo deverá receber tratamento humanizado sem qualquer tipo de discriminação por parte da equipe multidisciplinar presente na unidade, como prevê o artigo 196 da Constituição federal de 1988, onde consta o acesso universal e igualitário às ações de saúde, bem como seus serviços para promoção, proteção e recuperação da mesma (BRASIL, 1988).

Para entendermos a ‘mudança de sexo’, deve-se atentar primeiramente aos requisitos propostos pela legislação brasileira, o usuário que busca essa mudança deve: ser maior de idade, ter acompanhamento psicoterápico por, pelo menos, dois anos e dessa maneira obtendo o diagnóstico para transtorno de identidade de gênero. A Advocacia-Geral da União (AGU), compreende que, pelo fato do procedimento ser irreversível, essas exigências se fazem necessárias (PORTAL BRASIL 2015).

No Brasil, existem pouquíssimos hospitais especializados nesse tipo de tratamento, gerando muita espera por parte dos usuários e mantendo psicologicamente o paciente em declínio emocional grave, tendo em vista o que a sociedade como um todo já o discrimina. Até hoje no Brasil foram feitos 6724 procedimentos ambulatoriais e 243 procedimentos cirúrgicos (PORTAL BRASIL 2015).

3 METODOLOGIA

3.1 Público alvo

O projeto de intervenção abrangeu, cerca de 190 entre acadêmicos, professores e técnicos administrativos, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC Câmpus Joinville, e cerca de 35 respectivos ao público externo.

3.2 Projeto de intervenção

Segundo Alves (2005), a educação em saúde consiste em um recurso para passar o conhecimento científico, de modo que o mesmo seja inserido no cotidiano das pessoas. Dentre as distintas maneiras de aplicar a educação em saúde, é por meio da intervenção a qual se definem como “uma abordagem pontual na qual o pesquisador toma uma prática existente de algum outro lugar e a implementa em sua própria esfera de prática para realizar uma melhora.”(TRIPP, 2005 p.457)

A intervenção foi realizada através da implementação da 1º Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: diversidade de gênero e sexualidade no IFSC Câmpus Joinville, realizada no dia 11 de setembro de 2018, no período matutino e vespertino, totalizando 10 horas.

O planejamento da 1º Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: diversidade de gênero e sociedade no IFSC campus Joinville, contou com o envolvimento direto do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), o grupo LGBTQ+ do IFSC – campus Joinville “Subversivamente”, o curso técnico em dança da Escola de Educação Básica Germano Timm e a Cia. De Dança do IFSC - DBROTHERS. Para tal, inicialmente foi agendado um encontro junto ao servidor responsável pelo DEPE a qual foi exposto o projeto e solicitado apoio e liberação para sua executabilidade. Posteriormente, foi solicitado o apoio junto aos segmentos do IFSC e demais envolvidos para a organização do evento.

A execução da 1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade no IFSC Câmpus Joinville aconteceu através das seguintes ações:

- a) linha do tempo realizada pelos intervenzionistas, mostrando aos participantes os principais marcos históricos do meio LGBTQ+. Utilizado como a intervenção do PI, tendo como base, informações da revisão de literatura deste trabalho.
- b) atividades culturais como a apresentação da leitura dramática do texto “Barrela” de Plínio Marcos pelos alunos do 6º módulo do Curso Integrado em Mecânica.
- c) dinâmicas: “Corpo e Espaço”; “Estética Corporal”; “Diversidade no Plural” e “Ocupação de Direitos” realizada pelo docente Jéssé, com objetivo de retratar a autopercepção e a projeção das insatisfações em terceiro.
- d) palestra informativa: “IST! O que isso tem a ver com você?” realizada no auditório pelas docentes do curso técnico em enfermagem: Flaviane Lazzarini e Luciana Maria Mazon, ilustrando as diversas IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e demonstrando técnicas utilizadas em seu diagnóstico.
- e) dinâmica: “Museu da Empatia”, realizada pelos alunos do 6º módulo do técnico integrado em mecânica, junto a docente: Joyce Shimura. Onde era ofertado aos participantes áudios que continham diferentes histórias de vida, relacionadas ao tema.
- f) mesa redonda mediada por docentes e convidados, onde abria-se a possibilidade da discussão de diversos assuntos relacionados ao tema.
- g) debate: “A identidade de gênero e as ações de saúde” mediada pelo docente: Adelmo F. E. Santo Neto, local onde pode se debater sobre políticas direcionadas a saúde LGBTQ+.
- h) cine debate com o curta: “Hoje eu não quero voltar sozinho” mediado pelas alunas: Amanda Caroline e Larissa de Oliveira Silva, onde os alunos assistiam ao curta e posteriormente abria-se um tempo para discussão do mesmo.
- i) oficina de camisetas em stencil realizada pela discente Nycole Kulik, possibilitando aos alunos a customização de camisetas com o tema diversidade.

j) roda de conversa realizada pelo aluno Wellington da Silva Severino, que propôs a leitura do texto: “Na trilha do Arco Iris” e posteriormente um debate sobre o mesmo.

l) quadro branco utilizado para que os participantes colassem abertamente, com recados autocolantes, suas opiniões, sugestões e mensagens sobre o evento.

Para permitir que o evento absorvesse toda a comunidade acadêmica, foi elaborado 8 opções de cronograma de atividades para o turno matutino e 9 opções para o turno vespertino.

Para registro das atividades da intervenção foi utilizado pelos intervencionistas o diário de Campo. Esta ferramenta consiste em um registro de observações, comentários e reflexões de uso individual do profissional para que seja possível fazer uma avaliação posterior, dia a dia, do processo da intervenção. (FALKEMBAC, s.d. *apud* LIMA, 2007).

3.3 Recursos humanos e materiais (orçamento)

3.3.1 Recursos humanos

A organização da intervenção foi coordenada por uma equipe com três discentes e 1 professora do curso subsequente técnico em enfermagem. Foram executores do projeto 4 membros do grupo LGBTQ+ do IFSC - campus Joinville, “Subversivamente”, os alunos do curso técnico em dança da Escola de Educação Básica Germano Timm, os membros da Cia. De Dança do IFSC – DBROTHERS, 3 palestrantes externos, os alunos do 6ª módulo do técnico integrado em eletroeletrônica e mecânica e 4 docentes do IFSC – campus Joinville.

3.3.2 Orçamento

O projeto de intervenção recebeu financiamento do edital PROEX/PROPI n°01/2018 do IFSC Campus Joinville, sendo contemplado com o valor R\$ 1200,00, para sua execução e uma bolsa para discente no valor de 5 parcelas mensais de R\$400,00.

3.4 Parceiros ou instituições apoiadoras

Projeto aplicado no IFSC-Câmpus Joinville com apoio do grupo LGBTQ+ do IFSC câmpus Joinville “Subversivamente”; docentes e discentes do IFSC – campus Joinville; palestrantes e mediadores convidados. Abaixo a relação dos apoiadores:

Tabela 1 – Parceiros e Apoiadores

Docentes IFSC – campus Joinville	Discentes IFSC- campus Joinville	Palestrantes convidados	Mediadores de outras instituições
Adelmo Fernandes	Natália Gandra dos Santos Trigoli	Rodrigo Pedro Casteleira	Alessandro Eziquiel da Paixão
Luciana Maria Mazon	Nycole Kulik	Rafael Schultz	Jessé Cruz
Flaviane Mello	Larissa de Oliveira Silva		
Thiago Simões	Amanda Caroline dos Santos		
Joyce Shimura			

Fonte: Elaborado pelos próprios autores

3.5 Avaliação

A avaliação da intervenção aconteceu por meio da análise dos dados colerados no mural em que os acadêmicos deixaram dúvidas, opiniões e histórias sobre o tema ou o evento conforme a Figura 1 abaixo, bem como por meio da análise dos registros do diário de campo.

Figura 1-Mural



Fonte: Arquivo Pessoal

3.6 Resultados

Com a 1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade foram ofertados 18 opções de grupo de atividades, almejando, através de enfoques diferentes, tornar as atividades atrativas para uma melhor transmissão do conhecimento.

É importante destacar que a intervenção do projeto se divide em duas partes: organização e realização do evento “1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: diversidade de gênero e sexualidade” e atividade “Túnel do Tempo: Caminhos Percorridos pela Sexualidade” foi desenvolvida pelos alunos intervencionistas deste PI. Ela foi realizada cinco vezes durante o evento (3 no período matutino e 2 vespertino), abrangendo grupos diferentes de alunos, a atividade teve uma média de duração de quarenta minutos, abrangendo 68 participantes, contou com uma dinâmica de sensibilização em seu final e trouxe a tona muitas emoções ocultas dos participantes (Figura 3).

Figura 3 – Túnel do Tempo: Caminhos percorridos pela sexualidade



Fonte: Arquivo Pessoal

A organização do evento começou com a divulgação por meio de cartazes colocados nos murais e também na página do IFSC. O público interessado era redirecionado para o site

do evento (Figura 2), onde era possível visualizar os 8 grupos de atividades matutinas e 9 vespertinas e posteriormente realizar a inscrição no próprio site.

Figura 3 – Site da 1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: diversidade de gênero e sexualidade

1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: diversidade de gênero e sexualidade - Câmpus Joinville

Data do evento: 11/09/2018
das 08:00 às 17:45

Inscrições até dia 10/09/2018

Escolha uma opção para realizar a inscrição no período matutino:

Opção 1 Opção 2 Opção 3 Opção 4 Opção 5 Opção 6 Opção 7 Opção 8

8:30 – 9:30 Mesa redonda: "Identidade e diversidade" Mediadores: Oliviera G. Simões Local: AUDITÓRIO IFSC	8:30 – 9:30 Mesa redonda: "Identidade e diversidade" Mediadores: Rodrigo - Thiago de Oliviera G. Simões Local: AUDITÓRIO IFSC	8:30 – 9:30 Mesa redonda: "Identidade e diversidade" Mediadores: Rodrigo - Thiago de Oliviera G. Simões Local: AUDITÓRIO IFSC	8:30 – 9:30 Oficina Camistas em estêncil "diversidade na arte" Mediador: Nicole Kullé Local: SALA 522	8:30 – 9:40 Túnel do tempo "os caminhos percorridos pela sexualidade" Mediadores: Albuquerque Rosentaski De Borba, Camila Ariane Dutra Local: SALA 533	8:30 – 8:45 Dinâmica "Misturu da empatia" Mediadores: G1 módulo do técnico integrado em medicina Local: SALA 620 e SALA 621	8:45 – 9:30 Cine debate - Filme "Hoje eu não quero voltar sozinho" Mediador: Amanda Caroline dos Santos	8:45 – 9:00 Dinâmica "Misturu da empatia" Mediadores: G1 módulo do técnico integrado em medicina Local: SALA 620 e SALA 621
8:30 – 9:45 Dinâmica " Museu da empatia" Mediadores: G1 módulo do técnico	9:30 – 9:45 INTERVALO	9:30 – 9:45 INTERVALO	9:30 – 9:50 INTERVALO	9:50 – 10:30 Túnel do tempo	9:30 – 10:00 INTERVALO	9:30 – 10:00 INTERVALO	9:00 – 9:40 Roda de conversa "Na linha do arquivis"

Fonte: Elaborada pelos autores

No transcorrer do evento observou-se que as opiniões foram bem divergentes, seja por ser um tema tabu ou pela falta de conhecimento sobre o mesmo. Alguns alunos disseram ser importante trazer o tema para as salas de aula e deram avaliações positivas sobre a diversidade das atividades oferecidas; outros, relutantes de início, acabaram participando do evento; tiveram os que se emocionaram e viram no evento um meio de autoaceitação. Outras opiniões, nem tanto positivas, destacaram ser importante tal discussão mas não em formato de evento; alguns, menos empáticos, disseram ser desnecessário e reclamaram que, caso não comparecessem, ganhariam falta, mesmo que, de qualquer forma, fosse um dia letivo, como qualquer outro; além destes, tiveram os que usaram termos pejorativos para referirem-se ao evento, como “viadagem”; e por fim, os que não levaram a sério, satirizando e brincando com

um tema.

Já a respeito da atividade “Túnel do Tempo: Caminhos Percorridos pela Sexualidade, o *feedback* deu por observação visual dos alunos participantes. Alguns, durante a parte explicativa e inicial da atividade não pareciam muito participativos ou abertos à discussão, mas no final, ao ser aplicada a dinâmica de sensibilização, eles permitiam-se, na maioria das vezes, serem mais abertos ao momento, sendo que, alguns, até choraram. Como a atividade também faz parte do evento, as opiniões gerais são equiparadas ao mesmo.

Outro ponto importante a ser citado é que, comparado ao número de alunos que o projeto visava receber (550 alunos), a adesão foi bem abaixo das expectativas (190 alunos). Tendo este dado, somado às opiniões acerca da Jornada, pode-se observar que ainda existe muita relutância, e que apenas um evento não promoverá a inclusão e respeito esperados.

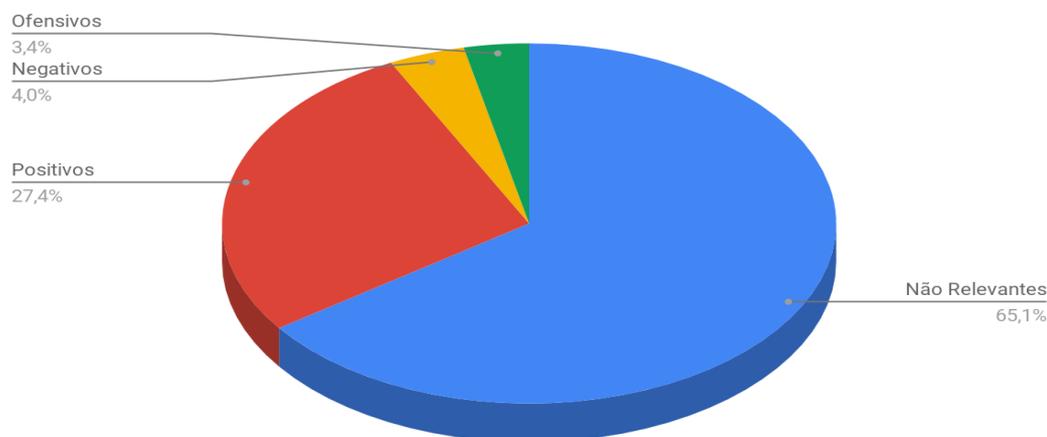
3.6.1 Pesquisa

Segundo o método de avaliação, ao final do evento, foi-se retirado todos os bilhetes deixados no mural, contados um a um, por fim, sendo divididos em grupos.

Ao todo, obtiveram-se trezentos e cinquenta bilhetes (100%), dos quais doze (3,42%) representavam comentários ofensivos; quatorze contrários (4%); noventa e seis bilhetes positivos (27,42%). Agora, por fim, o mais alarmante, os demais bilhetes, contabilizando duzentos e vinte e oito (65,14%), representavam comentários não relevantes, onde os discentes escreveram coisas não relacionadas ao evento.

Para ilustrar e facilitar a visualização dos resultados percentuais, segue gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Análise de opinião dos bilhetes recolhidos



Fonte: Elaborado pelos próprios Autores.

Após relacionar todos os dados, os resultados destacam um ponto importante: embora os comentários positivos representem boa parte (27,4%), eles não são nem a metade do total, além disso, os “não relevantes” (65,1%) reforçam a ideia de senso comum de se afastar do diferente, julgando ou satirizando Para um ambiente acadêmico tal achado é preocupante, pois, o tema encontra-se dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM). Inclusive, apresenta em um dos seus objetivos no ensino médio a necessidade de “desenvolver competências e habilidades para que o aluno entenda a sociedade em que vive como uma construção humana, que se reconstrói constantemente ao longo de gerações” (BRASIL, 2000).

Por fim, entende-se que é um caminho percorrido lentamente, passo por passo. E cada mediador convidado, de cada atividade realizada, contribuiu, não só para a realização do evento, mas para o processo de conscientização também.

4 CONCLUSÃO

Considerando a relutância na sociedade em debater temas ligados à sexualidade e identidade de gênero, os intervencionistas objetivaram, de maneira geral, disseminar o conhecimento acerca do tema em âmbito acadêmico e desmistificar alguns conceitos da sigla LGBTQ+. De tal maneira, considera-se esses objetivos alcançados, bem como a realização de um evento que agrupasse todos os diferentes métodos propostos, denominado esse de 1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade, que foi realizado no dia 11 de setembro de 2018.

O projeto de intervenção comprovou a possibilidade de acender a discussão sobre gênero e sexualidade no IFSC campus Joinville. Durante a aplicação do projeto, observa-se resistência à adesão do evento por parte do quadro de docentes e discentes, diretamente ligada ao tema central ou ao fato do evento ser inserido como dia acadêmico no calendário e influência na organização dos conteúdos das aulas já organizadas no plano de ensino.

Foi observado um certo aborrecimento causado pela obrigatoriedade do evento, já que o mesmo foi considerado um dia letivo. No entanto, grande parte dos participantes relataram estarem satisfeitos com as diferentes abordagens realizadas durante a intervenção.

A bibliografia previamente selecionada para a realização da intervenção (revisão de literatura deste trabalho) contou com, uma certa inconsistência, passando despercebido por alguns fatos importantes para a linha do tempo LGBTQ+, mas que foi solucionada pelos intervencionistas no decorrer do processo de montagem da ação.

Conclui-se que, mesmo não atendendo a demanda projetada anteriormente pelos intervencionistas, a ação foi válida e acendeu discussões bastante pertinentes no âmbito acadêmico do IFSC - campus Joinville. Possibilitando a inserção de novos temas relevantes para a sociedade que são considerados tabus em anos posteriores.

Sugere-se, a partir dos resultados apresentados, que seja realizada a inserção de outros temas considerados tabu pela sociedade, para que desta forma, desperte a curiosidade dos alunos em debater esses temas.

REFERÊNCIAS

ALESSIA, D.C. Ativismo judicial como fonte do direito homoafetivo. **PANÓPTICA-Direito, Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 1, p. 34-54, 2011. Disponível em: <http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/Op_6.1_2011_34-54>. Acesso em: 14 de outubro de 2017.

ALVES, V. S. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. **Interface-Comunicação, saúde, educação**, v. 9, p. 39-52, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/icse/v9n16/v9n16a04.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2018

BARROSO, L. R. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. **Revista brasileira de direito constitucional**, v. 17, n. 1, p. 105-138, 2011.

BAÚN, A. E. Ortega. ¿Matrimonio Homossexual En La Edad Media?. S.D. Disponível em: <<http://www.sexomedieval.com/matrimonio-homossexual-en-la-edad-media/>> Acesso em: 14 de outubro de 2017.

BIZAIA, A.; NASCIMENTO, L.C. **A Cidadania de LGBT e Leis de Proteção**. 2015. Disponível em: <<http://universidadebrasil.edu.br/portal/cidadania-de-lgbt-e-leis-de-protecao/>> Acesso em: 10 outubro 2017.

BRASIL. Altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. PL-7524/2014. Disponível em: <<http://jeanwyllys.com.br/wp/projetos-de-lei>> Acesso em: 16 de outubro 2017.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988, Lei art. 5º. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 10 outubro 2017.

_____. Lei nº 10.948/01. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html> Acesso em: 07/10/2017.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais-PCN: ensino médio: bases legais**. MEC/SEMT, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

CARDOSO, F. L. O Conceito de Orientação Sexual na Encruzilhada Entre Sexo, Gênero e Motricidade. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 42, n. 1, 2008.

COSENZA, A.; MENEZES, J. X. A Receptividade à Comunidade LGBT+. **Revista Direitos UNIFACS**. nº215, 2018. Disponível em: <http://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/5387> > Acesso em: 19/06/2018.

DIAS, M. B. Adoção homoafetiva. **Casa da Maitê [Site]**, 2004. Disponível em <http://berenedias.com.br/uploads/6_-_ado%E7%E3o_homoafetiva.pdf> Acesso em: 20 outubro 2017

FORASTIERI, V. Orientações sexuais, evolução e genética. **Candombá–Revista Virtual**, v. 2, n. 1, p. 50-60, 2006.

FREIRE, L.; CARDINALI, D. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 12, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2933/293324656003/>>. Acesso em: 11/10/2017.

FRIAS, D. N. **A mulher da Grécia Antiga e Possíveis Aspectos da Cultura Grega na Contemporaneidade**. 2012 Disponível em: <https://filosofojr.wordpress.com/2012/08/23/a-mulher-da-grecia-antiga-e-possiveis-aspectos-da-cultura-grega-na-contemporaneidade/> Acesso em: 12/10/2017.

GAIGUER, G. A.; OLIVEIRA, S. N. de. **Psicanálise e Direitos Humanos: o Estatuto do Ódio e o Sujeito LGBT**. V. 26, Nº 38, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/649> > Acesso em: 19/06/2018.

GONÇALVES, A. M. **Direitos e Garantias**. 2011 Disponível em: <[Individuaishttp://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/direitos-e-garantias-individuais](http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/direitos-e-garantias-individuais)>. Acesso em: 10 outubro 2017.

GOVERNO DO BRASIL, A. **Cirurgias de mudança de sexo são realizadas pelo SUS desde 2008**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cirurgias-de-mudanca-de-sexo-sao-realizadas-pelo-sus-desde-2008>. Acesso em: 25 fevereiro 2018.

GRANJA, C. A.; MURAKAWA, P. T. Adoção por casais homoafetivos no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 107, dez 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12561>. Acesso em: 20 outubro 2017.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2017

LE VAY, S. **The sexual brain**. London: **The MIT Press**. 1994

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1048>>. Acesso em: 15 de março de 2018.

MUNIZ, A. D.; SILVA, D. R. da. Sexualidade e gênero. **Centro Universitário Leonardo da Vinci–UNIASSSELVI**, 2007. Disponível em:

<http://www.servi.adm.br/arquivo/servi_20090930_162804.pdf>. Acesso em: 18 outubro 2017.

NOGUEIRA, C. et al. **Estudo Sobre a Discriminação em Função da Orientação Sexual e da Identidade de Gênero**. 2010. Disponível

em:<<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64341/2/16034.pdf>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

PARRA, E. C. **Repensando a Ideia da Homossexualidade**. 2015. Disponível em:

<http://diversidade.blogsdagazetaweb.com/tag/organizacao-mundial-de-saude-oms/> .Acesso em: 10 de outubro de 2017.

PAIVA, V. A Psicologia Redescobrirá a Sexualidade?. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 4, 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722008000400002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

RIBEIRO, M. et al. Saúde e Prevenção na escola. **Salto para o futuro. Consultado a**, v. 23, p. 2014, 2007.

SALLES, A. C. T. da C.; CECARELLI, P. R.. A invenção da Sexualidade. **Reverso**. Belo Horizonte, 2010. v32. nº60. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952010000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em:

29 de setembro de 2017.

SILVA, L. V. da et al. Suicídio Ou Assassinato? Um Outro Crime Por Trás Da Prática Homofóbica. **Revista Gênero & Direito**, v. 3, n. 2, 2014.

SPITZNER, R. H. L. Sexualidade e Adolescência: **Reflexões Acerca da Educação Sexual na Escola**. Maringá, 2005. p9. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2005-Regina_Spitzner.pdf

Acesso em: 01de outubro de 2017.

SOUSA, L. N. de. **A Pederastia em Atenas no Período Clássico**: Relendo as Obras de Platão e Aristófanos. Goiás, 2008. Disponível em:

<https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/SOUSA_Luana_Neres_de.pdf> Acesso em: 10 outubro 2017.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3>>. Acesso em: 15 de março de 2018.

WERNER , D. **Sobre a evolução e variação cultural na homossexualidade masculina**. In: PEDRO , J. M.; GROSSI, M. P .; RAGO , M. Masculino, feminino plural. Florianópolis: Mulheres, 1998.